

Economia

BRASIL

AN

Monopólio da gasolina: não tem sentido.

É o que afirma Bresser Pereira: a medida só serviria para intranqüilizar o capital estrangeiro. E sairia muito cara.

Nacionalizar a distribuição do petróleo significará apresentar aos contribuintes brasileiros uma fatura de US\$ 3 a US\$ 4 bilhões (Cz\$ 180 a Cz\$ 240 bilhões). Esse é o cálculo que técnicos do Conselho Nacional de Petróleo (CNP) fazem para as indenizações a serem pagas às distribuidoras estrangeiras. E provocará outro problema grave: "Dará um sinal muito negativo aos investimentos estrangeiros e às multinacionais", alerta o ministro Bresser Pereira, para quem a nacionalização é "injustificada" e "sem sentido".

Os técnicos do CNP afirmam que, obrigando os contribuintes a pagar uma conta desse tamanho (quase igual a que o País deveria pagar este ano aos banqueiros em juros), os constituintes se expõem provavelmente à zombaria popular, uma vez que não terão os resultados pretendidos para o setor de revenda. Isso porque o texto aprovado terça-feira pela Comissão de Sistematização da Constituinte não impede que as distribuidoras estrangeiras mantenham seus postos — são 12.874, mais de 60% do total do País — uma vez que, segundo lembram, a revenda é uma atividade distinta da distribuição.

O Brasil tem hoje 21.243 postos de gasolina, conforme listagem do CNP, datada de 1º de outubro. A Petrobrás Distribuidora — BR — tem 5.043 postos (23,7%). As outras empresas nacionais são a Ipiranga, com 2.947 postos (13,9%) e São Paulo Distribuidora com 1,8%. A BR é a primeira colocada, e a Ipiranga a quarta. A última na classificação é a Hudson, cujos postos não constam da lista do CNP. No total, são 8.369 postos de empresas nacionais.

As distribuidoras estrangeiras operam hoje 12.874 postos (60,6% do mercado). A Shell tem 3.826 postos (18%). Sua controlada na Amazônia, a Sabbá, opera 316 postos (1,5%). Juntas, detêm 4.142 postos em todo o País (19,5%), vindo logo abaixo da BR. A Esso é a terceira colocada com 3.418 postos (16%), a Atlantic opera 2.720 (12,8%) e a Texaco 2.594 (12,2%).

Cerca de 67,4% dos postos situam-se em apenas seis estados, os seis que mais consomem combustíveis: São Paulo com 5.403 postos (25,4%), Minas Gerais com 2.446 (11,5%), Rio Grande do Sul 2.015 (9,4%), Paraná 1.864 (8,7%), Rio de Janeiro 1.566 (7,3%) e Bahia com 1.622 postos (4,8%).

"Sinal negativo"

"A Constituinte faz trabalho sério, mas há pontos, como esse, que espero sejam modificados", declarou o ministro Bresser Pereira apontando que a nacionalização "dá um sinal muito negativo" ao capital estrangeiro num momento em que o País tem grande interesse em atraí-lo. "Há certos momentos em que limitamos o investimento estrangeiro — e o fazemos corretamente, como é o caso da Lei de Informática, que protege o mercado nacional."

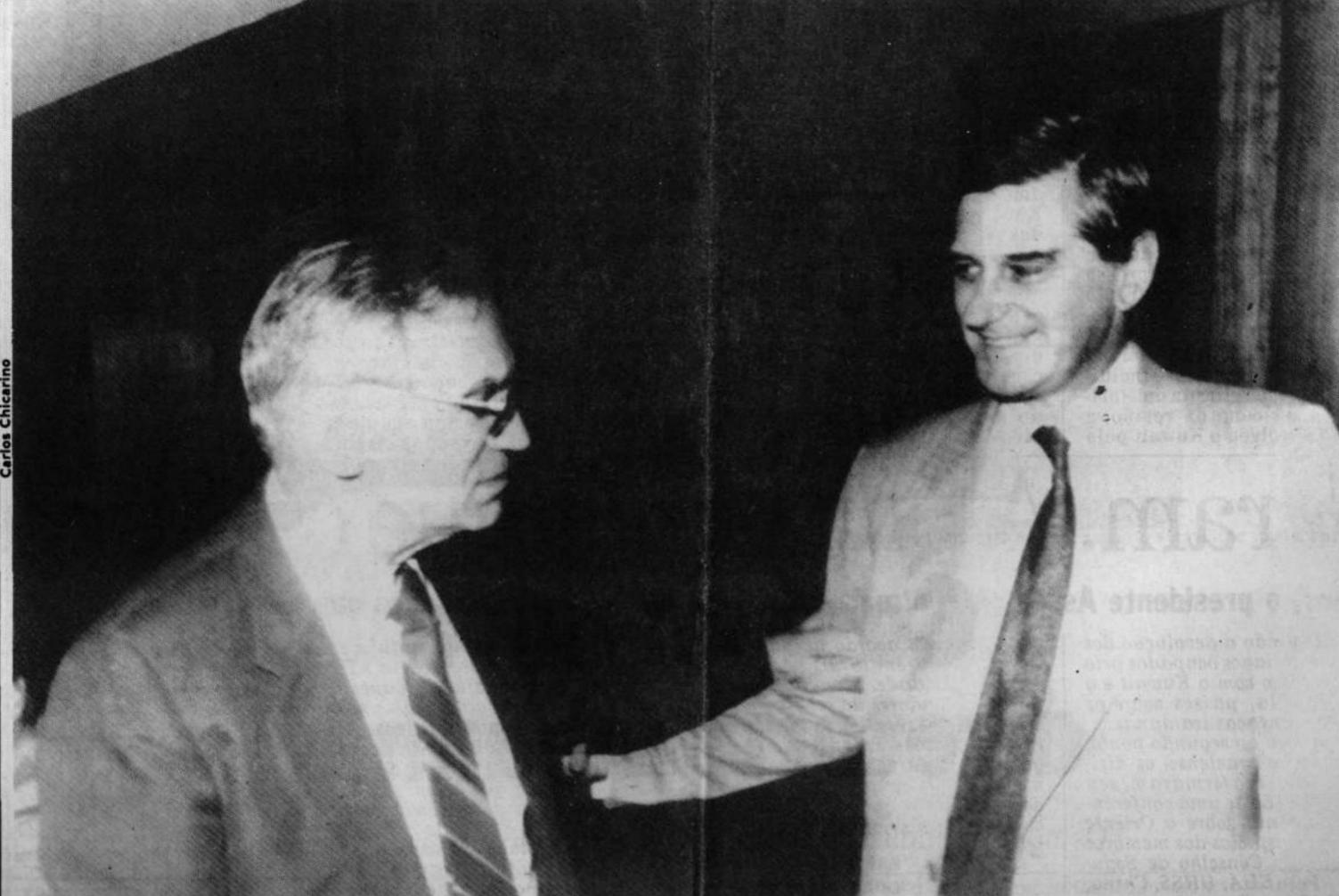
O ministro da Fazenda prometeu que não pretende interferir de forma alguma, pois a Constituinte é soberana. Mas manifestou a certeza de que o plenário da Constituinte alterará a decisão da Comissão de Sistematização, revogando a nacionalização da distribuição de combustíveis.

Refletindo as opiniões de Bresser Pereira, assessores do presidente José Sarney disseram ontem que a nacionalização poderá custar ao Brasil muitos bilhões de dólares em investimentos estrangeiros. Assinalaram que há hoje no mundo US\$ 50 bilhões de capital disponível à procura de novas oportunidades, mas que, com uma decisão como a tomada na Constituinte, o País caminha no sentido inverso: não cria novos mecanismos para atrair capitais, num momento em que precisa de poupança externa para sustentar taxas de crescimento entre 5% e 7% ao ano, como pretende o governo.

Mais contemporizador, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, aconselhou: "É preciso não exacerbar posições e respeitar decisão dos constituintes. Vamos ver como fica sua posição em plenário. Sou a favor do monopólio da União para o transporte e produção de petróleo. Sobre a distribuição, é preciso estudar o assunto".

Falando no Rio, Aureliano Chaves trouxe também da proposta à Constituinte, que nacionaliza a lavra de minérios. "Não chego ao ponto de defender a atribuição privativa e exclusiva de empresas nacionais nesta área, mas acho que o Código de Mineração precisa de ajustes para evitar a concessão de alvarás de lavra a uma só empresa em territórios muito grandes, como acontece hoje" com a mineração do ouro e de pedras preciosas, declarou.

Em Porto Alegre, o secretário de Química Fina do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ernesto Cláudio Drehmer, manifestou-se ontem contrário às propostas de adoção de reserva de mercado para a química fina. Na sua opinião, "seria pouco inteligente" pensar nisso, num país em que as empresas nacionais do setor atendem a apenas 15% a 20% das necessidades de consumo.



Osires, da Petrobrás, e Broughton, da Shell: esperando o bom senso do plenário da Constituinte.

QUÉRCIA ALBANO

É igual refrigerante

A decisão da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte aprovando a emenda do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que prevê que a distribuição de combustíveis no País seja feita através da Petrobrás, deixando de fora a Esso, a Shell e a Texaco, foi considerada "positiva".

E comparou: "É igual fabricar refrigerantes. Não precisamos de ninguém de fora para fabricar refrigerantes. E para distribuir o petróleo não precisamos de ninguém de fora. Acho que isso pode ser contestado pelos interesses de outros países no Brasil. Mas existem outros países onde há a nacionalização da distribuição".

Apenas um voto equivocado

"Não daria ao deputado Dornelles o direito de me criticar, pois houve apenas um equívoco do meu voto". Esta foi a reação do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), às acusações do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) por seu voto favorável à nacionalização da distribuição de derivados. Albano não explicitou por que votou desconhecendo o tema, mas se justificou: "Em mais de 300 votações, este

foi meu único equívoco. Todos viram que foi assim. Eu não votaria como votei se não fosse por equívoco". O senador citou outro exemplo de voto equivocado no mesmo dia: "O presidente da Comissão de Sistematização, deputado Brandão Monteiro, votou errado sobre uma questão de afretamento de navios. Reconheceu o erro e desculpou-se. Mas meu voto não influiu na decisão. Houve 50 votos e eram necessários apenas 47 para garantir a decisão".

jogo

MARCO ANTONÍO ROCHA

Um tempo de grandes emoções

Alguém se lembra do governo Zé Linhares?

Claro que não. Na verdade, pouca gente sabe que houve um governo Zé Linhares. Foi um governo sanduíchedo entre a ditadura de Vargas e o mandato Dutra. Durou alguns meses — que pareceram anos. É que alguém tinha de assumir o governo, e assumiu o presidente do Supremo Tribunal, o que apenas significava que tínhamos um presidente mas não tínhamos nenhum governo.

Alguém está se lembrando de alguma coisa parecida?

Claro que sim. Por isso é recomendável uma revisão daquele período Zé Linhares. Aconteceram coisas formidáveis. A falta de comando político e de pulso administrativo entregou a coisa pública à sanha dos mais variados e disparados apetites. Sorte nossa que durou pouco.

Há algum governo correndo semelhante risco neste momento?

Nem quero pensar, mas qualquer coincidência não será mera semelhança. Não é mesmo? O que tem de gente em São Paulo e outras praças tomando aviões para cavar e garantir "providências" na corte não está no gabi. E podem querer que muitas "providências" estão sendo cavadas sem conhecimento público. A maioria na esfera do Executivo mesmo. Mas algumas na própria Constituinte. Quan-

do estiver pronta a nova Constituição, os técnicos do Tesouro poderão fazer o necessário levantamento de quanto ela custará ao orçamento da União.

Tudo bem. Up to this point died Mr. Neves, diriam os modernos estudantes de inglês. E afinal, qualquer preço é bom para termos uma boa e democrática Constituição. O problema verdadeiro não é esse. É o vácuo político-administrativo que está se abrindo, num país em que quase tudo depende do governo. Orçamento a gente conserta, um dia — embora a nossa história recente esteja demonstrando que a possibilidade é cada dia mais remota. Óvário político, todavia, é preenchido por coisas que depois não têm remédio — se eternizam.

O que fazer? Não sabemos. O que sabemos é que, enquanto prossegue a síndrome Zé Linhares, vão acontecendo coisas como essa aprovação constitucional do banimento de empresas estrangeiras que fazem parte até da nossa cultura, tanto tempo estão conosco. Um velho e manhoso prócer político e empresarial (sic), agindo como irresponsável, ajuda a empurrar para o fundo do poço o que resta das nossas relações com a comunidade internacional de negócios — e ainda confessa que foi por engano. Pela madrugada! O que não fará se estiver bem informado essa verdadeira bandeira da vida cultural e social de Sergipe? E a gente que pensava que Montoro era distraído?

Todo mundo diz que essas loucuras não passarão no plenário. Parece o lema da República espanhola nos anos 30: "no passarán". Passaram, e ficaram.

Todo mundo dizia também que a Constituinte tinha um perfil conservador e moderado, faria um trabalho realista e objetivo, modernizante porém racional. Quando desponhou a ineável estrela cabralina, nos céus constituintes, houve certa inquietação na galera. Mas não chegou a preocupar — sempre se pode imaginar que há pessoas sérias tomando conta dos assuntos sérios. Em muitos casos é pura imaginação mesmo. Neste caso as peraltices cabralinas só puderam ser administradas tardivamente, quando vieram a público no famoso Cabral-1. Com grande perda de tempo e de energia. No plenário, o que vamos ter — e tomará que estejamos totalmente enganados — será um festival de molecagens. Se não há seriedade nas coulisses dos gabinetes por que haveria no picadeiro?

Ninguém que tivesse um pouco de informação e espírito realista pensava que este ano de 1987 seria de grande estabilidade e competência. Mas mesmos os pessimistas davam o vaticínio de que, arrumada a Constituição, o governo e a política, entrariam em 1988 prontos para a chamada luta construtiva e produtiva. E é que, de repente, 1988 pode nos deixar com saudades de 1987.

É certamente um tempo para quem aprecia fortes emoções.

Distribuidores lamentam. E até Osires critica a monopolização.

O presidente da Petrobrás, Osires Silva, criticou ontem no Rio a decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte, de nacionalizar a distribuição de derivados do petróleo, afirmando que a medida "não ajuda o País, porque a eficiência baseada na concorrência é sempre melhor para o consumidor".

Na opinião de Osires, as companhias estrangeiras que atuam na distribuição de combustíveis, como a Shell, Esso e Texaco, têm agido como se fossem empresas brasileiras, prestando grande colaboração à Petrobrás. A seu ver, afastá-las do mercado brasileiro significa dificultar a reciprocidade de atuação de empresas brasileiras do setor exterior, como seria o caso de uma subsidiária da Interbrás recentemente criada.

O vice-presidente executivo da Shell Brasil, Robert Broughton, confirmou ontem no Rio que a empresa deixará de operar com a distribuição de petróleo no País, caso o plenário da Constituinte aprovare a decisão da Comissão de Sistematização. A Shell, que está há 74 anos no País, não aceita participar de empresas nacionais, com capital minoritário, que é a única alternativa prevista pela Comissão de Sistematização para a atuação de empresas multinacionais no setor.

Ele garantiu que o principal efeito negativo do monopólio para a distribuição de petróleo será a queda de investimentos por parte das empresas estrangeiras que operam no Brasil.

Em mensagem encaminhada ontem aos 1.500 funcionários da Esso, aos quais adverte que "essa não é a hora de nos sentirmos abatidos", o presidente da companhia, William Arthur Jackson, afirmou que, sem interferir na soberania nacional, irá mostrar aos membros da Assembleia Constituinte "por que os fatos nos levam a achar que o projeto do monopólio sobre a distribuição deve ser eliminado".

"Até calcinhas"

O presidente do Grupo Ipiranga, João Pedro Gouveia Vieira, disse ontem ao Jornal da Tarde que, "se a Constituinte aprovar (no plenário) as propostas da Comissão de Sistematização para a ordem econômica, pouco faltará para se acabar com a livre empresa no Brasil".

Segundo Gouveia Vieira, "pela redação adotada pela Comissão de Sistematização, vai-se passar para o controle do Estado a comercialização de vários produtos derivados do petróleo, como os plásticos, fios sintéticos etc., até calcinhas femininas, pois em São Paulo vi esta semana calcinhas feitas com derivados de petróleo".

As quatro maiores distribuidoras estrangeiras que operam no Brasil — Shell, Esso, Atlantic e Texaco — estão convencidas de que o deputado Fernando Santana (PCB-BA), autor da emenda aprovada na Comissão de Sistematização, usou números "absolutamente irrealis" para tentar provar que as companhias conseguem "lucros fabulosos" no Brasil.

O dirigente de uma dessas multinacionais lamentava ontem no Rio a omissão de alguns constituintes que, afinados com a livre iniciativa, estão totalmente desarticulados, incapazes de reagir até mesmo ao insignificante discurso dos membros da Constituinte chamados de "progressistas". A decisão da Comissão de Sistematização também mereceu fortes críticas do empresário Sérgio Quintella, vice-presidente da Montreal Engenharia, empresa fabricante de equipamentos para a Petrobrás.

As empresas nacionais não têm condições, por falta de infra-estrutura, de absorver a curto prazo a distribuição da metade dos 900 mil barris/dia de combustíveis que é feita pelas companhias multinacionais. A conclusão é da direção de duas empresas com capital 100% nacional: Hudson e São Paulo. Além disso, o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de São Paulo, Aldo Guarda, garante que a saída das estrangeiras da distribuição provocaria uma queda na qualidade dos serviços pelo fim da concorrência.

— Não há condições para assumir os 50% da distribuição por falta de estrutura e, como o combustível é considerado segurança nacional, há até mesmo o risco de faltar o produto com a desestruturação desse sistema que está solidamente montado — garante Márcio Tidemann Duarte, presidente da Hudson Brasileira de Petróleo.